

# 13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

## Cotas na Universidade: um desafio entre o ingressar e o permanecer

**GUEDES, Fabíola Machado; PEREIRA, Lara Torrada; DEVECHI, Catia Piccolo; ABRAHÃO, Isabela Pandolfo Leusin; OLIVEIRA, Larissa Rodrigues.**

**TAUCHEN, Gionara.**  
[fabimquedes@hotmail.com](mailto:fabimquedes@hotmail.com)

**Evento: Congresso de Iniciação Científica  
Área do conhecimento: Ensino-aprendizagem**

**Palavras-chave:** Ação Afirmativa; Cotas; Universidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Em 2013, em virtude da Lei n. 12.711/2012 que trata de uma política de reconhecimento e de ação afirmativa, protagonizada pelo Estado, que responde aos anseios pela democratização do acesso à Educação Superior, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) implementou a reserva de 30% do total de vagas oferecidas, considerando os critérios de renda e étnico-raciais, representando o ingresso de 694 estudantes por cotas. Neste sentido este estudo objetiva analisar o impacto das políticas de cotas na formação de professores, no que se refere a sua permanência nos cursos de licenciaturas, articulando a formação universitária com as políticas de reconhecimento do outro.

A política de cotas busca a equidade no ingresso, porém não proporciona a permanência desse estudante, o que aponta a hipótese de que a evasão destes se dá pelas dificuldades econômicas e sociais inviabilizando a graduação. Desta forma, essa pesquisa tem relevância por avaliar as causas da evasão e compreender o impacto que esta mudança de perfil dos alunos deveria causar na Universidade.

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Moehleck (2002, p. 199), dentre as ações afirmativas, destacam-se as políticas de cotas “[...] que consistem em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível”. É importante ressaltar que o reconhecimento das diferenças, operado a partir do Estado, precisa vir acompanhado pela efetivação do acolhimento dentro dos grupos sociais. Nesse sentido, é necessário compreender como a política de cotas está se legitimando no âmbito da gestão e no campo político-pedagógico universitário, alcançando o objetivo da inclusão das diferenças. Se não houver uma preocupação com a sua permanência no sistema de ensino, isto é, com o acolhimento em sua plenitude, as políticas de cotas correm o risco de estigmatizar a diferença.

Desta forma buscamos discutir as políticas de cotas nos cursos de formação de professores das universidades federais brasileiras a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2007). O autor trabalha na linha de que a autorrealização e a autocompreensão do sujeito só se dão mediante a efetivação de um reconhecimento proveniente de seus pares dentro dos grupos sociais.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa (BICUDO, 1997; FLICK,

## 13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

2009), referenciada na abordagem hemenêutico-reconstrutiva (TREVISAN, DEVECHI, 2010). A pesquisa, que está em fase inicial, utilizará como instrumentos de pesquisa e de produção dos resultados, as sinopses e os microdados do Censo da Educação Superior e entrevistas semiestruturadas com os estudantes que ingressaram no ano de 2013.

### 4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A partir da análise quantitativa dos dados dos ingressantes, observou-se que a desigualdade socioeconômica é um dos fatores de maior influência no acesso à universidade, o que demandaria a promoção de políticas que garantissem a permanência dos mesmos. Compreendemos que o reconhecimento das diferenças, operado a partir do Estado, precisa vir acompanhado pela efetivação do acolhimento dentro dos grupos sociais. Esse é um forte limitador, um ponto de resistência ou um nó das políticas de inclusão.

Evidencia-se a necessidade de políticas e de ações institucionalizadas que assegurem não apenas maior igualdade de acesso, mas de permanência. Por isso, entendemos que as políticas de inclusão e diversidade não podem ficar apenas no nível da acessibilidade, com a justificativa republicana da criação da igualdade de oportunidades. Se assim for, o reconhecimento do outro vai ocorrer somente de forma superficial, limitado apenas ao seu aspecto espontâneo ou casual.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo desenvolvido, apontou-se que a desigualdade socioeconômica é um dos fatores de maior influência no acesso à universidade. Percebemos que as políticas sociais utilizadas como medida para garantir uma igualdade substantiva são abrangentes. Por isso, questiona-se: até que ponto e com que intensidade elas geram impacto sobre as desigualdades? Para compreender esta questão entende-se que uma política baseada em critérios unicamente sociais é incapaz de responder a disparidade de ordem racial, nem tampouco a estratificação socioeconômica, pois não consegue desfazer as interconexões de raça e de classe. Ambos os problemas estão associados e um aspecto não pode ser solucionado sem que se considere o outro.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012.

BICUDO, M. A. V. *Pesquisa qualitativa em educação*. Piracicaba: Unimep, 1997.

DEVECHI, Catia Piccolo; TREVISAN, Amarildo. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? *Revista Brasileira de Educação*. v. 15, n. 43, 2010, p. 148-201.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, out.